

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Economia institucional e psicanálise: uma reaproximação

Institutional economics and psychoanalysis: a convergence

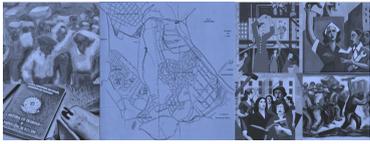
Gabriel da Silva Gules; mestrando em Desenvolvimento Econômico na UFPR;
gabigules@gmail.com

Huáscar Fialho Pessali; Professor Associado no Departamento de Economia e no Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR; pessali@ufpr.br

RESUMO: Diante das possibilidades interdisciplinares proporcionadas pela Economia Institucional Original, pretendemos reaproximar a psicanálise de Freud e a economia institucional clássica, com especial atenção a Thorstein Veblen. Do lado da economia institucional, abordamos definições de instituições, hábitos, regras e o papel dos instintos. Já do lado da psicanálise, destacamos os instintos, o papel da repressão e a estrutura psíquica, composta pelo Eu, Super-eu e Id em Freud. Exploramos então possíveis conexões com a economia institucional. Além dos fundamentos teóricos, nos atemos a dois escritos freudianos de cunho sociológico: um sobre a formação de grupos, outro sobre a instituição do totem, ambos podendo ser relacionados com a economia institucional. Em seguida, apresentamos uma possível aproximação das teorias através da conexão, congruência e interação entre o nível institucional e o nível psicológico individual. Por fim, aplicamos de forma exploratória o conjunto de ideias produzidas a um caso contemporâneo de consumo, os movimentos aesthetics.

Palavras-chave: Economia Institucional. Instintos. Psicanálise.

ABSTRACT: Given the interdisciplinary possibilities provided by Original Institutional Economics, we intend to bring together Freud's psychoanalysis and classical institutional economics, with special attention to Thorstein Veblen. On the side of institutional economics, we draw on definitions of institutions, habits, rules, and the role of instincts. On the side of psychoanalysis, we highlight the instincts, the role of repression and the psychic structure, composed of Ego, Super-ego and Id in Freud. We explore possible connections with institutional economics. In addition to these theoretical foundations, we discuss two Freudian writings of sociological nature: one on the formation of groups,



another on the institution of the totem, both of which can be related to institutional economics. This possible link is further explored, assessing the connection, congruence and interaction between the institutional level and the individual psychological level. Finally, we exploratorily apply these ideas to a contemporary case of consumption, the aesthetics movement.

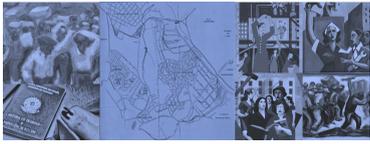
Keywords: Institutional Economics. Instincts. Psychoanalysis.

Introdução

A interdisciplinaridade nas ciências econômicas desde a ascendência do Marginalismo tem se concentrado em absorver modelos das chamadas ciências duras (Mirowski, 1991; Foucarde, Ollion & Algan, 2015). A busca por capturar processos sociais complexos através de equações ou causalidades, argumenta-se, é evidência de um comprometimento científico superior ao das outras disciplinas sociais que recorrem à discursividade. Ainda assim, muitas são as chamadas por maior pluralismo (Salanti & Screpanti, 1997), que permite maior diversidade de ideias e conexões com outras áreas do conhecimento, e por maior integração entre as ciências sociais e humanas (Cruz-e-Silva & Cavalieri, 2021), que as aproximaria para tratar de fenômenos complexos.

Thorstein Veblen e o institucionalismo que se seguiu são exemplos de longa data desse persistente esforço ao incorporarem a sociologia, antropologia e psicologia às suas obras. Como escreveu Witte (1954), os institucionalistas sempre buscaram atravessar os limites da teoria econômica e abranger outras disciplinas. Segundo ele, visando solucionar problemas práticos, eles consideram diversos aspectos desses problemas, como o econômico, social, psicológico, histórico, legal, político, administrativo e técnico, além de utilizarem métodos indutivos tanto quanto dedutivos (Bromley, 2006).

No que se refere à psicologia, a economia institucional incorporou uma psicologia de instintos (Asso & Fiorito (2004). Em poucas décadas essa visão cedeu sua proeminência ao behaviorismo. Em economia, o behaviorismo foi potencializado com a visão utilitarista (DeCanio, 2014). Mas o surgimento de abordagens evolucionárias e o resgate do trabalho de Darwin e sua visão do ser humano como “criaturas do hábito” reabriu o interesse na psicologia dos hábitos e instintos (Hodgson, 2004a). Uma forma possível de aumentar a força explicativa de uma teoria do comportamento baseada em



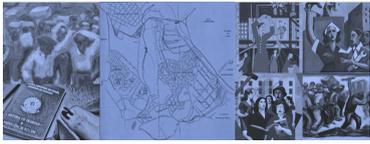
instintos utilizada na economia é buscar contato com outras teorias de base instintual, como a psicanálise.

A psicanálise freudiana surgiu a partir da psiquiatria com o contato com pacientes que apresentavam sintomas somáticos para problemas de origem psíquica. Ela rapidamente se desvinculou da medicina, tornando-se uma disciplina autônoma aberta para estudiosos de diversas áreas do conhecimento (Freud, 1914). O seu principal foco é analisar indivíduos psicologicamente adoecidos e propor meios de tratamento. Entretanto, o arcabouço teórico construído por Freud e seus colaboradores a partir do material empírico clínico permitiu estender as análises não apenas para indivíduos, mas também para a cultura (Mezan, 2005). Não apenas isso: Freud também produziu trabalhos analisando e interpretando fenômenos sociais, como a psicologia das massas (Freud, 1921) e — o que mais nos interessa aqui — instituições.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de interação e integração de conexões entre a economia institucional e a psicanálise de Freud de forma a promover a interdisciplinaridade na economia e oferecer argumentos coerentes que aproximem a teoria econômica da realidade observada empiricamente. Para isso, resgatamos os conceitos de instituições, hábitos e regras, assim como dos instintos na economia institucional original. Do lado da psicanálise, resgatamos o conceito de instinto para Freud, relacionando-o com o de Veblen. Tratamos de possíveis destinos dos instintos em Freud e o economista Lionel D. Edie (1922), que foi influenciado pela psicanálise. Em seguida, abordamos a estrutura psíquica em Freud — Eu, Super-eu e Id — e revisitamos a relação da psicologia das massas com a classe ociosa. Em seguida, apresentamos a análise psicanalítica da instituição do totem e suas implicações para a economia institucional. Discutimos então um possível caminho para análises institucionais-psicanalíticas e o aplicamos de forma exploratória a um fenômeno contemporâneo de consumo — os movimentos *aesthetics*. Seguem-se as nossas considerações finais.

Instituições, hábitos e regras

Embora não haja uma definição consensual de instituições, Hodgson (2006) propõe uma síntese: instituições são sistemas de regras sociais que estruturam as

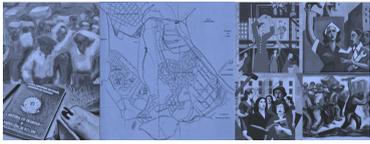


interações sociais. Elas permitem previsibilidade e estabilidade, dando consistência às atividades humanas. As regras são transmitidas socialmente pelas linguagens em meio a uma cultura social. Além disso, elas são codificáveis: membros da comunidade podem identificar o descumprimento de uma regra.

Segundo Searle (2005), uma regra é, por sua vez, a regularização de uma atribuição de status em que “X conta como Y em Z”. Segundo ele, podemos entender atribuições de status como objetos que “cannot perform the function in virtue of their physical structure alone, but only in virtue of the collective assignment or acceptance of the object or person as having a certain status and with that status a function” (Searle, 2005, p. 12). As regras moldam o comportamento e são as atribuições de status impostas como regras que constituem a chamada ontologia institucional¹. As atribuições de status tornam-se regras através da deontica, isto é, termos que em linhas gerais estabelecem direitos, deveres e obrigações. Como afirma Commons (1931), as ações coletivas são expressas nos verbos pode, deve e poderá (*can, must, may*). O indivíduo pode ou não fazer determinada ação se a ação coletiva o auxiliar ou não, habilitando essa ação; deve ou não deve, se a ação coletiva o impulsionar; e poderá ou não se a ação coletiva impedir. O poder deontico das instituições cria motivos para agir independentes dos desejos racionalmente formulados dos indivíduos. Por essas razões, podemos definir as instituições como hábitos.

Segundo Hodgson (1997), os hábitos transformam as regras em padrões de ação coletiva. Embora o processo de habituação envolva repetição, hábitos não o próprio comportamento reiterado. Diferentemente de meras repetições, hábitos são disposições ou tendências a agir ou pensar de determinada forma diante de situações similares e são um mecanismo social em grande constituído a partir observação e emulação de outros indivíduos (Hodgson, 2004b). Sendo os hábitos fundamentais para qualquer pensamento ou comportamento, a partir deles podemos compreender como se dão as mudanças institucionais. Por sua vez, sendo as instituições capazes de impulsionar ou restringir comportamentos e pensamentos, mudanças institucionais podem modificar hábitos que,

¹ Instituições são ontologicamente subjetivas e epistemicamente objetivas (Searle, 2005). Ou seja, podem ser objetivamente observadas (como o dinheiro, governo, etc.), mas dependem de uma percepção subjetiva para existirem.



por sua vez, moldam e modificam as preferências dos indivíduos, abrindo espaço para novas mudanças institucionais.

Vale ressaltar que a influência das instituições e dos indivíduos não são absolutas. Do lado das instituições, não é possível dizer que elas determinam o comportamento dos indivíduos. E do lado dos indivíduos, não se pode afirmar que apenas suas preferências individuais determinam a íntegra das instituições. Como Hodgson (2004b) aponta, ambos os lados exercem influência e se influenciam mutuamente. Contudo, para compreender com exatidão as instituições e os hábitos, ainda falta um componente que serve como força motriz das ações e pensamentos dos indivíduos: os instintos.

O lugar dos instintos na história da economia institucional

Na segunda metade do século XIX, por influência darwinista, as teorias psicológicas fundamentadas nos instintos ganharam força. Alguns economistas no começo do século XX utilizaram teorias de instinto desenvolvidas a partir das teorias psicológicas antecedentes para explicar o comportamento econômico. Na economia institucional, Veblen já utilizava uma teoria de instintos em *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), mas foi apenas em 1914 que ela foi melhor sistematizada. Veblen tomou cuidado para diferenciar instintos de tropismos. Estes últimos são reações automáticas (que no senso comum seriam chamadas de instintivas). Já instintos ele considera como “the innate and persistent propensities of human nature” (Veblen, 1914, p. 2). São teleologicamente guiados e os categoriza taxonomicamente conforme sua teleologia. Podem ser divididos em duas categorias principais: os referentes a si e os aos outros (Asso & Fiorito, 2004, p. 4). Entretanto, apesar da classificação de diferentes instintos, Veblen considera haver co-influência entre os instintos.

Segundo Veblen (1914), os dois principais instintos direcionados aos outros e que são os mais importantes para o sucesso material das sociedades são os instintos de inclinação parental (*parental bent*) e de *workmanship*. O primeiro consiste na inclinação ao bem-estar futuro da sociedade, à sustentabilidade da reprodução social como um todo e à provisão material das gerações futuras. O instinto de *workmanship* é a inclinação ao trabalho eficiente, ao desprezo ao esforço fútil e é recompensado com um senso de



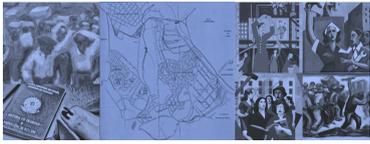
mérito. Cada um desses instintos exerce influência sobre o outro, como Veblen (1914, p. 27) discorre:

Doubtless this parental bent in its wider bearing greatly reinforces that sentimental approval of economy and efficiency for the common good and disapproval of wasteful and useless living that prevails so generally throughout both the highest and the lowest cultures, unless it should rather be said that this animus for economy and efficiency is a simple expression of the parental disposition itself. It might on the other hand be maintained that such an animus of economy is an essential function of the instinct of workmanship, which would then be held to be strongly sustained at this point by a parental solicitude for the common good.

Como resumiram Asso & Fiorito (2004) sobre o pensamento de Veblen, a busca por satisfazer os instintos leva à produção de hábitos, que por sua vez ao possuírem relevância social, assumem o status de instituição. Este é um processo não teleológico, o que significa que os hábitos não necessariamente tornam-se mais adequados para satisfazerem instintos e, pelo contrário, podem impedir ou dificultar tal adequação.

O economista Lionel D. Edie também utilizou uma psicologia dos instintos, tentando aprimorar a teoria vebleniana incorporando também aspectos da psicanálise (Asso & Fiorito, 2004). Para Edie (1922), as influências dos instintos são mediadas socialmente pelos hábitos, emulação, simpatia e sugestão. Para ele, os hábitos são formas de economizar energia mental e de modificar (ou suplantam) tendências instintivas. A emulação é a imitação do comportamento de um grupo, enquanto a simpatia é a identificação pessoal com as emoções de um grupo. Já a sugestão é a tendência a aceitar uma ideia do grupo sem questionamentos. Além disso, ele estabelece formas através das quais um instinto socialmente inaceitável pode ser ajustado: pela disciplina, regrido ou eliminando esse instinto; pela sublimação, que é a conversão de instintos indesejados para finalidades úteis; e pela racionalização, uma justificativa posterior de forma a tornar uma ação aceitável nos padrões sociais.

Embora as teorias dos instintos tenham sido utilizadas por institucionalistas e outros fora do institucionalismo, logo foram criticadas por economistas de ambos os espaços. A elas substituídas pelo behaviorismo, que se adequava mais facilmente ao positivismo da época, por ter foco apenas no comportamento observado (Asso &

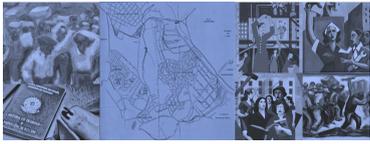


Fiorito, 2004). As críticas às teorias dos instintos foram formuladas em duas frentes. Uma delas questionava a serventia dos instintos como categorias de análise e sua capacidade preditiva, pois seria possível justificar qualquer comportamento com a criação conceitual de novos instintos. A segunda frente apontava para o que seria uma ênfase excessiva no aspecto biológico dos instintos em detrimento da influência social e cultural no comportamento humano. Tais críticas serão abordadas à frente a partir da teoria psicanalítica.

Freud para economistas

Freud deu início à disciplina da psicanálise com o estudo de indivíduos adoecidos. Mas ela é didaticamente introduzida a partir de fenômenos bastante comuns em pessoas saudáveis. Ao apresentá-la nas suas palestras introdutórias, Freud (1916) inicia com atos falhos, chistes e sonhos — comuns a todos os indivíduos. Ele assim pode apresentar os fundamentos de sua teoria de forma a associá-la às experiências de vida das pessoas em geral, tornando-a mais persuasiva e inteligível. Isso indica que, apesar de ser utilizada como método de tratamento de pessoas psiquicamente adoecidas, a psicanálise é útil para explicar os processos psíquicos de pessoas em condições saudáveis. A partir desses fenômenos, Freud (1916) estabelece a distinção de duas instâncias psíquicas para explicá-los com maior coerência: o consciente, que é perceptível ao indivíduo; e o inconsciente, que escapa de sua percepção. Schneider (1948) enfatiza que na natureza humana interpretada por Freud o sujeito tem algum nível de engano em relação a si mesmo, sendo a consciência apenas a superfície do aparelho psíquico (Freud, 1923).

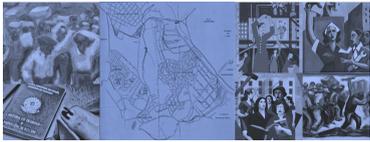
Na teoria freudiana, o instinto (Trieb) possui uma definição própria, mas similar e complementar à de Veblen (Almeida, 2011). Para Freud (1915b), eles são necessidades constantes de origem biológica que demandam trabalho por parte do sistema neurológico para atenuá-las. Embora Freud (1915b, p. 57) coloque a origem do instinto como biológica, ele o considera um “conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo”. Todo instinto é representado por um afeto (um sentimento ou sensação) e



por um representante ideativo (uma ideia ou pensamento), e a distinção de consciente e inconsciente não se aplicam aos instintos, apenas às ideias e afetos que os representam (Freud, 1915a). Sendo representado por uma ideia, o instinto pode ser codificado em linguagem e por ela é mediado. Como afirma Hermann (2010, p. 379), “one of the most important insights of psychoanalytic theory is that the intellectual, affective and biological aspects of personality are intertwined in the complexity of each person and unfold in every aspect of individual and collective behaviour”. Com isso já podemos tratar de uma das críticas apontadas acima. O instinto perpassa a biologia, mas vai além dela: alcança também a subjetividade e a linguagem (Fonseca, 2012). Como é mediado pela linguagem, que é uma instituição, há espaço para ênfase social tanto quanto biológica numa teoria de instintos.

Outra crítica ao uso de uma teoria de instintos apontada anteriormente e que também é pertinente a Freud se refere à possibilidade de arbitrar novas variedades post hoc (Asso & Fiorito, 2004). Isto é, ao se deparar com novos comportamentos, bastaria criar um novo conjunto de instintos para explicá-los esvaziando o conceito de poder explicativo e preditivo. Freud (1915b) mesmo percebeu essa fragilidade e se precaveu: em caso de necessidade e se as limitações de análise psicológica permitirem, novos instintos podem ser identificados como fatores explicativos. Os instintos do jogo, social e o de destruição foram dados como exemplo. Apesar de certa arbitrariedade na elaboração de novos instintos, eles podem ser decompostos em direção aos instintos primordiais, que não são decomponíveis e portanto mais fundamentais que suas derivações. Os dois grupos de instintos primordiais, em primeiro momento, são os instintos do Eu — de autoconservação — e os instintos sexuais. Freud estabelece que estas não são categorias definitivas e que podem ser mudadas caso a teoria se depare com limitações. Como veremos, essa mudança realmente ocorreu.

Ao se aprofundar no estudo das neuroses, Freud deparou-se com um empecilho à distinção entre instintos sexuais e do Eu. Como Freud (1920) narra, ele identificou que muitas vezes o sujeito direciona instintos sexuais tendo a si mesmo como objeto, o que designou de narcisismo. Assim, haveria instintos sexuais que são também instintos do Eu. Para solucionar essa contradição, ele adotou novas categorias de instintos: a libido de objeto e a libido narcísica (1920). Libido, como Freud (1921) explica, é a energia dos

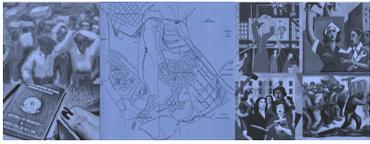


instintos relacionados ao amor. Freud (1921) trata amor de forma bastante ampla, mas diz ser o mesmo Eros encontrado em Platão. Embora considere em última instância como de origem sexual, o Eros, a libido, está relacionada a tudo que é desejado, seja em si ou em um objeto exterior².

Dos diversos destinos dos instintos, trataremos aqui de apenas um: a repressão. A essência da repressão “consiste em rejeitar e manter algo afastado da consciência” (Freud, 1915c). Ela funciona como uma força sobre determinado representante psíquico do instinto em uma direção contrária ao da consciência. O processo de repressão pode ser identificado em dois estágios. O primeiro é a pressão sobre o representante em si, o segundo é sobre a cadeia de associações à qual esse representante está conectado (Freud, 1915c). Pode-se imaginar uma rede ou uma teia com um nó central recebendo maior intensidade de repressão e as conexões próximas recebendo um grau decrescente de força conforme se afasta do ponto inicial. Segundo ele, “na repressão o afeto se separa de sua ideia, e depois os dois prosseguem para seus diferentes destinos” (Freud, 1915a, p. 118). Almeida (2011) pontua que a repressão pode ocorrer majoritariamente em duas situações. Primeiro na infância, quando o sujeito ainda não possui um aparato decisório formado. Nesse período, o que é apresentado como objeto aceitável de desejo é mais por imposição que de qualquer outro modo. Após esse período inicial, com os critérios básicos de decisão instituídos principalmente pelos pais, o indivíduo está sujeito à repressão através de outras instituições e hábitos. A formação do aparato decisório se dá, segundo Mezan (2005, p. 438), no processo de dissociação da criança em relação à mãe: “sendo a linguagem uma instituição social, ao se reconhecer como separada da mãe, a criança estaria se submetendo às leis da linguagem, que são as leis do mundo social.”

Retomando aqui os instintos em Veblen, podemos compará-los com os instintos em Freud. Segundo Veblen (1914, p. 31):

² É importante fazer um adendo: como sumariza Fonseca (2012), a sexualidade em Freud não se resume à genitalidade, mas a precede. Antes da puberdade, Freud considera qualquer prazer corporal como sexual e chama isso de “polimorfia”, isto é, assume diferentes formas. É apenas com o desenvolvimento dos órgãos genitais que o sexual passa a ter a conotação adulta. Para mais sobre a sexualidade infantil, ver Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1905).

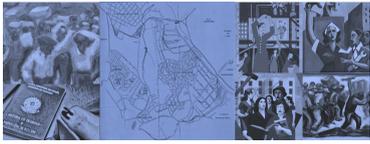


all instinctive action is teleological. It involves holding to a purpose. It aims to achieve some end and involves some degree of intelligent faculty to compass the instinctively given purpose, under surveillance of the instinctive proclivity that prompts the action. And it is in this surveillance and direction of the intellectual processes to the appointed end that the instinctive dispositions control and condition human conduct

A ênfase na teleologia indica que os indivíduos escolhem fins para concretizar as suas inclinações. Para Freud o mesmo ocorre, embora o indivíduo nem sempre esteja consciente do objeto que deseja para satisfazer seus instintos. Como visto, o representante ideativo do instinto, isto é, o componente que representa o instinto psiquicamente pela linguagem pode permanecer inconsciente devido ao processo de repressão. Isso impede que o objeto desejado alcance a consciência do indivíduo. Além disso, para Veblen, o resultado dos instintos é a dor ou o prazer. Uma vez que o sujeito tenha obtido o objeto desejado para satisfazer seus instintos ele é recompensado com prazer. Caso não consiga, a motivação do instinto permanece atuante, o que resulta em dor. Já para Freud (1915a), os instintos estão submetidos ao princípio do prazer, isto é, o aumento do estímulo do instinto provoca desprazer sobre o sistema nervoso (excesso de excitação), sua satisfação, prazer (descarga de excitação). Em suma, as teorias de Freud e Veblen possuem focos diferentes, mas são complementares e não excludentes, como Almeida (2011, p. 9) afirma:

Freud's focus was on what satisfies an instinctive impulse. Veblen's focus was on how to build the decision making framework to satisfy an instinctive impulse. This difference between the studies enables the complementarity between them, an approach which emphasizes not only objects – which satisfy instincts – but also how people generate their logic to use them – instinct of workmanship, habits, and institutions.

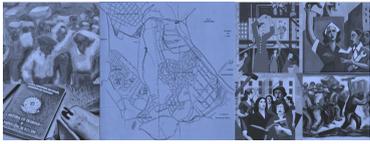
Edie (1922), influenciado pela psicanálise, faz uma conciliação dos instintos em Freud e Veblen. Ele identifica o fenômeno da repressão no mundo econômico e que deve haver um equilíbrio entre um ambiente excessivamente repressivo e a expressão de instintos dos indivíduos:



The economic environment is stubborn in demanding that a worker shall repress all instincts which might lead him to run a machine in other than the one right way; or that a labor union shall obey an injunction restraining its ambitions; or that managers of corporations shall curb their self-assertive longings in obedience to the rules against unfair competition. Thus the economic world insistently rebuffs a host of cravings and propensities, and obdurately requires their repression throughout society. The balance struck between expression and repression constitutes adaptation of human nature to economic circumstances (Edie, 1922, p. 53).

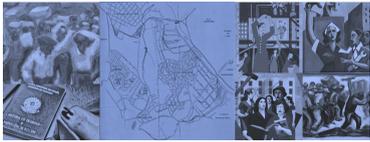
Diante de um ambiente rígido, o indivíduo deve se adaptar através dos mecanismos citados na seção anterior, dos quais agora vamos tratar de apenas uma sublimação. Freud (1930) diz que o trabalho pode ser uma forma de sublimar instintos narcísicos, agressivos e eróticos. Entretanto, como pontua Mezan (2005), ele não está levando em consideração a realidade do trabalho adequadamente. Como Edie (1922) escreveu, o trabalho pode tanto não ser uma forma de sublimação de diversos instintos, como também pode impor ao trabalhador uma série de exigências cuja necessidade de sobrevivência o leva a reprimir instintos destrutivos. Porém, se levarmos em consideração a condicional descrita por Freud (1930) em relação à escolha livre de trabalho, podemos supor que a sublimação desses instintos pode eventualmente de fato ocorrer. Isso traz uma reflexão interessante e passível de mais estudos sobre como o instinto de *workmanship* está sendo direcionado nos ambientes institucionais vigentes, quais são as consequências psicológicas e econômicas desse direcionamento e a possibilidade de pensar alternativas à essa situação. Em suma, a partir da repressão podemos começar a compreender a influência das instituições na vida psíquica do sujeito e, em contrapartida, por parte do sujeito, perceber a possibilidade de criação de novos hábitos ou mesmo mudanças institucionais para lidar com instintos reprimidos. Isso pode ocorrer uma vez que com a repressão os representantes ideativos permanecem atuantes de forma inconsciente, o que por sua vez exerce influência no pensamento consciente do sujeito. Com essas influências, ele pode desenvolver novos hábitos de pensamento e de comportamento.

A última contribuição sobre o funcionamento do aparelho psíquico que utilizaremos é papel do conjunto de forças psíquicas que o constituem: Id, Eu e Super-eu. O Id (ou Isso) pode ser compreendido como o representante das paixões e

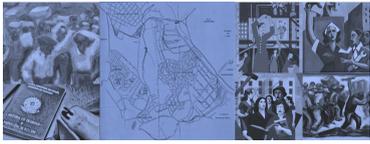


instintos, regulado apenas pelo princípio do prazer, isto é, a busca por reduzir o desprazer reduzindo as demandas exercidas pelos instintos sobre o aparelho psíquico (Freud, 1923). Dessa forma, o Id é totalmente inconsciente e atua buscando ter todos os instintos satisfeitos, independente da possibilidade e moralidade. A segunda força, o Eu, é onde se localiza a consciência e a percepção, sendo apenas a superfície do Id. Ele cumpre as vontades do Id ou exerce repressão sobre os instintos impostos sobre ele. Enquanto o Id é composto por instintos atemporais e desordenados, o Eu é a parte do Id modificada pelo mundo externo que visa ordená-los. Essa ligação se dá através de grupos e a linguagem, que ao receber informações do mundo externo, busca repassá-las ao Id (Fonseca, 2012). As instituições, sendo habituadas pelo Eu, tomam parte na tentativa de sujeitar os instintos e ordená-los para os fins adequados pelo Eu (Almeida, 2011; Hermann, 2010). É no Eu que os hábitos e instituições são internalizados e onde opera o instinto de *workmanship*, por exemplo. Por fim, o Super-eu (ou ideal de Eu) é uma espécie de juiz do Eu e uma parte dele. Ele emerge da identificação da criança com os pais, particularmente com o pai, assumindo as leis morais e exigindo do Eu seu cumprimento (Freud, 1923; Hermann, 2010). Além disso, é a principal influência na repressão (Freud, 1921). Almeida (2011, p. 10) descreve o seu papel em relação às instituições: “O Super-eu é uma parte externa e não automática da estrutura social nas atividades mentais das pessoas. É a parte da sociedade que não está intrinsecamente presente nos hábitos de pensamento dos indivíduos.” Portanto, segundo Freud (1923), o Eu está sujeito a três forças: à do mundo exterior, às exigências do Id e ao rigor do Super-eu.

Freud (1921) busca ainda construir uma psicologia das massas, ou social. Através dela, identifica a forma como indivíduos se agrupam e se submetem à vontade coletiva. Ele coloca como causa a tendência à sugestão, que por sua vez resulta em imitação. A justificativa psíquica dessa tendência se dá através de ligações libidinais dos membros de uma massa em relação a um líder ou instituição — em outras palavras, o amor ou ódio, do desejo de possuir ou de destruir (Freud, 1921). Essa ligação ocorre psiquicamente quando os indivíduos se identificam com um mesmo objeto e o adotam como ideal de Eu (Super-eu) e agrupando-se através da identificação comum (Hermann, 2010, 2023).



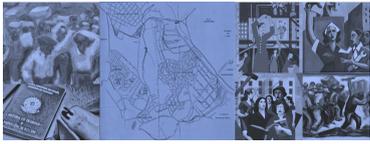
A partir da psicologia das massas, podemos compreender melhor o que Veblen (1899) propôs sobre a classe ociosa. Essa classe se diferencia das outras por empenhar atividades não-produtivas, destacando-se como governantes, aristocratas guerreiros, religiosos e intelectuais. Sua superioridade é estabelecida através do consumo não-produtivo do tempo, o que demonstra “a sense of the unworthiness of productive work” e como “an evidence of pecuniary ability to afford a life of idleness” (Veblen, 1899, p. 32). Ela surge a partir do estabelecimento da propriedade privada, uma vez que é preciso haver a possibilidade de possuir e acumular bens identificados a uma pessoa para que ela possa exibir sua superioridade. A superioridade da classe ociosa é percebida também pelas classes produtivas e, incluindo as contribuições da psicologia das massas, colocada como ideal de Eu no seu Super-eu. O poder emulativo da classe ociosa se alastra para as demais classes, as sugestionam e provocam a imitação (Veblen, 1899). Emulando o desprezo pelo trabalho produtivo da classe ociosa, as classes produtivas desenvolvem um senso de desprezo pela produção inútil. Dessa forma, o ideal de Eu apreendido pelo Super-eu coloca sobre o Eu um peso normativo sugerindo (com força de imposição) o que o Eu deve ser e ter e o que deve evitar. Podemos dizer que daí surge o instinto de workmanship que opera na relação do Super-eu com o Eu (Almeida, 2011) e que do Super-eu que advém o poder deôntico descrito por Searle (2005).



Totem, tabu e economia institucional

Ao estudar um tema em voga na antropologia e na psicologia na virada do século XX, Freud (1912-1913) analisa a cultura de tribos aborígenes australianas em relação ao totemismo. Um totem é um poste que normalmente representa um animal que possui uma relação especial com o clã: é um ancestral comum, mas também um protetor e auxiliador e, caso seja perigoso para outros fora do clã, esse animal protege seus descendentes e poupa seus filhos (Freud, 1912-1913; Hermann, 2023). Freud identifica como uma de suas funções a instituição da exogamia, isto é, relações sexuais com indivíduos externos ao círculo familiar próximo. Ele afirma que “Em quase toda parte em que vigora o totem também há a lei de que membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar. É a instituição de exogamia, ligada ao totem” (Freud, 1912-1913, p. 21). O tabu é uma forma de operacionalização dos condicionantes oriundos do totem, ajudando o sujeito a lidar tanto com as coisas santas como com as impuras. Nos dois sentidos há a noção de intocabilidade. O tabu está atrelado a um poder de uma pessoa ou objeto, seja ele inerente, comunicado, adquirido ou imposto, e visa principalmente a proteção de pessoas e propriedades. Os que entram em contato com os tabus se tornam contaminados e objetos de tabu, sendo necessárias punições para purificá-los da infração. Segundo Freud, é como se a pessoa se tornasse portadora da mesma “energia mística” (*mana*) contida no tabu e se tornasse capaz de propagá-la. Além desses citados, também podem ser considerados como tabus as propriedades privadas (armas, roupas, utensílios) e até mesmo nomes próprios.

Sendo o totem uma instituição na visão de Freud, podemos verificar sua adequação ao modelo de Searle (2005) em que “X conta como Y em Z.” O totem conta como proibição do incesto no clã. Além disso, Freud (1912-1913) relata uma série de hábitos relacionados ao totem que circundam a proibição do incesto. Esses hábitos envolvem evitar as pessoas que poderiam instigar o descumprimento da proibição. Através dos hábitos, os sujeitos evitam contato entre irmãos, entre sogra e genro, pai e filha, etc. E tais hábitos se encontram presentes para muito além dos povos totêmicos australianos.

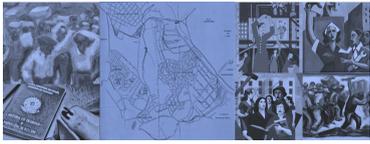


Freud afirma que por trás de cada proibição há um desejo. O tabu, portanto, possui uma característica civilizatória de conter os instintos sexuais mais primitivos, dando estabilidade à civilização (Mezan, 2005). Tal contenção aplicada ao núcleo social mais basilar — a família — serve de fundamento para a contenção de instintos nas demais relações menos próximas e que envolve outros laços afetivos. Para melhor compreendermos isso, precisamos lembrar da interação entre hábitos e instituições. Como Hodgson (2004b) escreveu, “instituições são estruturas sociais com capacidade de causação descendente, agindo sobre hábitos arraigados de pensamento e ação.” Com uma imposição descendente por parte da instituição familiar sobre quais objetos o sujeito pode desejar, quando pode obtê-lo e de que forma, as regras e hábitos referentes aos instintos mais básicos, como o sexual, começam a se formar e alicerçam os demais hábitos. Freud (1912-1913) afirma que sociedades mais desenvolvidas conseguiram educar esses instintos de forma mais eficaz, tornando o totem e os hábitos que o circundam desnecessários³.

O indivíduo que se permite, acidentalmente ou não, tomar um tabu como objeto de desejo e realizá-lo, afirma Freud (1912-1913), torna-se ele também um perigo para os demais. Este sujeito rompeu com a ordem institucional estabelecida, arriscando transformá-la com novos hábitos de pensamento e comportamento indesejáveis para o grupo. Como forma de controle e prevenção, a sociedade habituou-se a tornar o próprio infrator um tabu para que essa ordem seja preservada. A transformação em tabu revela que esse indivíduo tem potencial para influenciar outros para romper com a ordem, tornando-se um “tentador”⁴. Isso expõe o efeito de emulação explorado anteriormente, isto é, de que os hábitos de um influenciam os demais (Veblen, 1899). Além disso, o fato dos representantes ideativos dos instintos permanecerem no inconsciente devido à repressão explica porque as instituições não desaparecem enquanto todos dormem (Hodson, 2006), mas continuam existindo como hábitos de pensamento e

³ Anne Mayhew (1987) diz que Veblen adota um sistema não teleológico e não etnocêntrico da evolução social. Isso o coloca à frente de Freud nesse sentido.

⁴ “O tabu é uma proibição antiquíssima, imposta do exterior (por uma autoridade) e voltada contra os mais fortes desejos do ser humano. A vontade de transgredi-lo continua a existir no inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma postura ambivalente quanto ao alvo do tabu. A força mágica a ele atribuída remonta à capacidade de induzir em tentação; ela age como um contágio, porque o exemplo é contagioso, e porque o desejo proibido desloca-se para outra coisa no inconsciente. Expiar a violação do tabu com uma renúncia mostra que na base da obediência ao tabu se acha uma renúncia” (Freud, 1912-1913, p. 65).

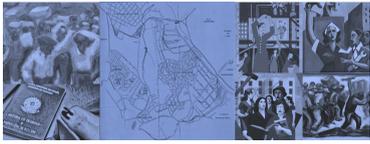


comportamento em potencial. Com as regras internalizadas no inconsciente, as instituições perduram mesmo que sem manifestarem-se em ações de indivíduos despertos.

Um último ponto importante sobre os tabus é a sua ambivalência, isto é, sentimentos contrários experimentados em relação a um mesmo objeto, como amor e ódio. A ambivalência é uma condição natural e universal a todos os indivíduos e normalmente se dá de forma que o Eu admite reconhecer apenas o aspecto positivo de um objeto, renegando o aspecto negativo para o inconsciente. Aqui, iremos tratar apenas da ambivalência do tabu dos governantes, que se manifesta por uma série de hábitos que visam condicionar suas ações (Freud, 1912-1913). O governante é uma figura poderosa e temida, a quem a população precisa ter reverência. Ao mesmo tempo, o excesso de cuidado para com o governante revela hostilidade em alguma medida. Se muito poder é dado a um indivíduo, uma série de regras e hábitos são também instituídos para compensá-lo — há aí uma mistura de devoção e ressentimento, proteção e medo. É importante salientar que Veblen (1899, p. 32-33) também tem contribuições sobre os tabus de governantes. Segundo ele, ao falar sobre o tabu do trabalho na classe ociosa, refere-se a um tabu de governante em relação com a classe ociosa:

So, for instance, we are told of certain Polynesian chiefs, who, under the stress of good form, preferred to starve rather than carry their food to their mouths with their own hands. It is true, this conduct may have been due, at least in part, to an excessive sanctity or tabu attaching to the chief's person. The tabu would have been communicated by the contact of his hands, and so would have made anything touched by him unfit for human food. But the tabu is itself a derivative of the unworthiness or moral incompatibility of labour; so that even when construed in this sense the conduct of the Polynesian chiefs is truer to the canon of honorific leisure than would at first appear. A better illustration, or at least a more unmistakable one, is afforded by a certain king of France, who is said to have lost his life through an excess of moral stamina in the observance of good form.

Esse comentário salta aos nossos olhos, pois Freud (1912-1913), ao tratar do *mana* — o poder mágico emitido por certas pessoas e objetos — relata que os membros de maior *mana* nas populações estudadas são os líderes e sacerdotes, ou seja, membros do que para Veblen constitui uma classe ociosa. É possível supor que, no caso do poder

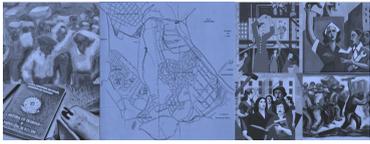


mágico emitido por pessoas, a quantidade de *mana* é em alguma medida proporcional à sua superioridade na classe ociosa. Freud (1921) corrobora essa ideia ao dizer que os líderes, que possuem *mana*, são os que possuem a capacidade de sugestionar. Em outras palavras, seu comportamento tem mais poder de influenciar a emulação por outros. Essa possibilidade explica a ambivalência em relação aos governantes em específico e à classe ociosa em geral. A superioridade do governante é tamanha que é indigno envolver-se em qualquer tipo de trabalho produtivo, e qualquer atividade que não exiba a sua superioridade é restrita. A ambivalência inconsciente se manifesta nisto: por um lado, há o desejo de ser como os detentores do *mana*, adotando-os como ideal de Eu (internalizando-os no Super-eu); por outro, a mesma hierarquia que os colocou nessa posição acusa os que estão abaixo dela de não fazerem parte do topo, provocando ressentimento consciente e inconscientemente. Como consequência, uma série de hábitos e regras se manifestam, justificada por meio de racionalizações — uma das formas identificadas por Edie (1922) de adaptação a uma estrutura institucional rígida. Esses hábitos condicionam as ações dos governantes de forma bastante dialética, tal como é a ambivalência: a ausência de envolvimento no trabalho produtivo que garante a superioridade é a mesma que limita as ações mais básicas, ao ponto de o indivíduo mais respeitável passar fome, refém da própria hierarquia que o elevou.

Uma aproximação institucional-psicanalítica

As hipóteses de Freud sobre o totem e o tabu visam explicar a origem do social e da cultura, mas há argumentos apontando para sua insuficiência em atingir tal propósito (Mezan, 2005). Schneider (1948, p. 105), por exemplo, explora as limitações sociológicas da psicologia freudiana e sua relação com a teoria social vebleniana:

The Oedipus complex and related phenomena in fact afford a basis for Freud's entire theory of society: he takes institutions, for all practical purposes, as clinical psychological phenomena. Thus, he urges that there is a 'psychological correspondence between taboo and compulsion neurosis'. Even where the facts he deals with, as in Totem and Taboo, are unequivocally social or cultural, his procedure is to 'subject the facts as stated to analysis, just as if they formed the symptoms of a neurosis'. He never succeeded in bridging the gap between psychological and institutional phenomena except on the condition of virtually completely psychologizing the latter.



Schneider (1948) propõe que é possível ir além de analogias. Realizar análises psicanalíticas e sociológicas sem que uma acabe por subjugar a outra é possível. Como Schneider (1948) discorre, a cultura estabelece objetivos, mas não objetivos quaisquer. Estabelece objetivos que ressoem com indivíduos daquela cultura, gerando prazer ou entusiasmo. E os indivíduos também não são quaisquer indivíduos, pois eles possuem o aparato psicológico para sustentar esses objetivos e percebê-los como interessantes. Dessa forma, o âmbito institucional e individual interagem de forma mutuamente condicionante. Em suma, Schneider (1948) identifica conexões (não identidade) entre o nível institucional e individual, com interdependência e graus de congruência e reforço entre os níveis. A ponte para a interação entre o indivíduo e o social, como já visto, é o Super-eu.

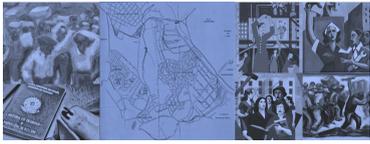
Schneider (1948) aplica sua metodologia à classe ociosa e o faz através da estrutura de personalidade neurótica-obsessiva. A neurose-obsessiva é um quadro psíquico caracterizado por algum grau de repetição compulsiva de comportamentos e pensamentos (Freud, 1913). A composição desses pensamentos pode abranger “desejos, tentações, impulsos, reflexões, dúvidas, ordens e proibições” (Freud, 1909, p. 83). Usualmente resulta em algum nível de fuga da realidade, podendo oscilar em gravidade, desde fantasias e devaneios até alucinações (Freud, 1911). Schneider (1948) pontua que é possível questionar a prevalência da neurose-obsessiva na sociedade como um todo, mas afirma que os pacientes tratados clinicamente são membros de uma cultura e as mesmas características neurótico-obsessivas podem ser encontradas espalhadas pelos demais membros da sociedade, mesmo que atenuadas. Isso indica que mesmo pessoas não diagnosticadas como neuróticas-obsessivas podem apresentar características semelhantes, uma vez que a própria cultura influencia na formação dessas características que podem eventualmente se tornar patológicas.

Uma das principais características de tal estrutura de personalidade é o ímpeto por demonstrar superioridade, seja ela moral, financeira, intelectual ou de higiene (Schneider, 1948). Isso se dá por uma confluência de fatores, dos quais o mais importante é o deslocamento da meta de satisfação de desejos por meio de objetos para o cumprimento de regras. Com isso, a percepção de valor próprio passa a ser



determinada pelo cumprimento de regras de outros que possuem autoridade sobre o sujeito (os pais, na infância; as normas sociais ao longo do crescimento e da vida adulta). Ao mesmo tempo, o descumprimento dessas regras gera dor. Como Schneider (1948) aponta, um dos recursos usados por neuróticos para preservar sua coerência de Eu é projetar nos outros as falhas que inconscientemente percebem em si. Em última instância, porém, isso cria para si uma exigência de demonstrar superioridade para preservar seu valor, razão pela qual Schneider (1948) pontua que o neurótico vive em um estado de auto engano. Em constante julgamento, ele busca obsessivamente se mostrar como um perfeito cumpridor de regras para escapar das punições decorrentes de seus descumprimentos — punições que o próprio Super-eu acusa, julga e executa. Segundo Hermann (2023), em situações não neuróticas a tendência de seguir "códigos de conduta" ou moralidade se manifestam como comportamento genuíno. Já no caso de neuróticos, o cumprimento de regras tende a se manifestar com uma roupagem de bondade, mas que devido às exigências do Super-eu, podem resultar em comportamentos persecutórios.

Além de identificar características de personalidade neurótica, Schneider (1948) também identifica algumas características importantes da análise vebleniana sobre a classe ociosa: o consumo conspícuo, que suscita a proeza pecuniária do consumidor e provoca rivalidades; a mobilidade do dinheiro, no contexto de uma sociedade com alta mobilidade social dentro de alguns limites; o fato de o dinheiro imputar excelência ou valor em pessoas e objetos; a hierarquização de pessoas (pela quantidade de posses) e objetos (pelo preço) como normas; e a impessoalidade e anonimidade do dinheiro, fator importante para a impessoalização de relações sociais. Unindo os *insights* psicanalíticos e veblenianos, podemos ver como o fato do dinheiro e outros objetos terem a função de conferir superioridade pode ser utilizado para a busca neurótica de superioridade. A mobilidade do dinheiro permite essa manifestação de superioridade de forma “democrática” e a impessoalidade do dinheiro, uma indiferença de quem está comprando ou a quem o prestígio é atribuído (Schneider, 1948). Não podemos afirmar que os elementos da classe ociosa sejam os mesmos do neurótico. Portanto, não há identidade, mas há conexão, já que a busca por poder e demonstração de superioridade encontra uma forma institucionalizada de se dar. Além disso, as normas pecuniárias

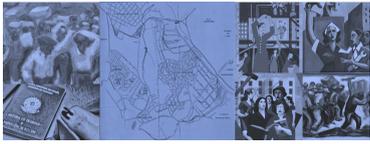


estimulam e reforçam essa busca. Portanto, há congruência entre o nível institucional e o nível psicológico (Schneider, 1948). Alguns casos em que podemos identificar o reforço mútuo dos dois níveis é na xenofobia e no nacionalismo, nos quais os indivíduos buscam demonstrar superioridade através da discriminação (Hermann, 2023).

Aplicação exploratória a um caso de consumo

Assim como Veblen (1914) ilustra sua teoria sobre a classe ociosa com um exemplo de vestuário, aqui exploraremos os conceitos apresentados anteriormente também com um exemplo de moda. As práticas recentes de movimentos *aesthetics* surgiram por volta de 2010 e se intensificaram a partir de 2020 (Reggev, 2020; Coutinho, 2020). Elas ocorrem predominantemente nas redes sociais e consistem em valorizar estéticas alternativas expondo visuais, ambientes e estilos de vida de determinada subcultura para vender produtos relacionados a ela. Podemos citar o estilo *dark academia*, que valoriza ambientes escuros, medievais, com roupas semelhantes às dos anos 1940 em tons de verde musgo, marrom, cinza ou preto. Também há valorização de livros antigos, literatura clássica e intelectualidade. Outro estilo ainda mais saliente é denominado *cottagecore*, que valoriza uma vida bucólica simples inspirada na vida rural inglesa. É caracterizado por roupas e alimentos típicos do campo, jardins, móveis antigos, etc. Todos esses estilos são acompanhados da venda dos produtos que são por eles valorizados, principalmente vestuário e produtos de beleza.

Há algumas características que distinguem essas tendências de outros movimentos históricos que valorizavam a vida campestre. A primeira é o caráter mercadológico. O estilo de vida é apresentado como produto e os produtos são meios necessários para alcançar esse estilo de vida. Ou seja, para ser é preciso consumir. Com a mercadorização de um estilo de vida, a distância entre consumir e ser é drasticamente reduzida a ponto de ser facilmente confundida. Em outras palavras, o estilo de vida visto inicialmente como alvo de consumo passa a transformar o próprio consumo em um estilo de vida — em hábitos —, sendo a estética A ou B apenas uma força de identificação para motivar esse consumo. Tal peculiaridade não é restrita a esse movimento, podendo ser identificada em outros estilos de vida promovidos em outros momentos. Tratemos então de algumas peculiaridades das práticas do *aesthetics*.

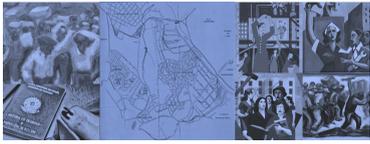


Com o início da pandemia de COVID-19 em 2020, a interação social física foi restrita. Além disso, a constante tensão e medo causados pela proximidade da morte — seja a própria ou de parentes e pessoas próximas — amplificou o sofrimento psíquico. Diante da dor do isolamento, do medo e da morte, torna-se compreensível o aumento do consumo de produtos relacionados aos estilos estéticos como uma forma de lidar com a realidade. Eles oferecem a sensação de pertencimento, de fazer parte de um movimento, buscando compensar o isolamento. Também oferecem fuga de espaço — demandada devido ao isolamento nas próprias residências — como no caso do *cottagecore* e afins, e de tempo — devido às dificuldades do presente no momento da pandemia — como no caso do *dark academia* e semelhantes. Em suma, em uma situação em que a realidade se impõe de forma dura, o comportamento institucionalizado de consumo se manifesta como uma forma de alívio através da identificação dos indivíduos com determinados estilos propagado por emulação pelas redes sociais.

A partir da psicanálise não se pode realizar diagnósticos por meio de comportamentos de consumo. Entretanto, podemos relacionar características neuróticas-obsessivas a esses comportamentos. A realidade é imposta como extremamente ambivalente, quebrando a coesão interna do Eu de grupos que podiam ter uma perspectiva ideal do presente — no caso, o público alvo dos *aesthetics*, jovens e adolescentes da geração Z (Reggev, 2020; Coutinho, 2020). O sofrimento é, então, substituído pela fuga na fantasia. Como Freud (1912-1913, p. 120) afirma sobre a neurose obsessiva, o neurótico tende a se afastar do mundo real:

Do ponto de vista genético [de gênese], a natureza associal da neurose resulta de sua tendência original de escapar de uma realidade insatisfatória, rumo a um prazeroso mundo de fantasia. O mundo real, evitado pelo neurótico, é governado pela sociedade dos homens e pelas instituições que eles criaram conjuntamente; dar as costas à realidade é, ao mesmo tempo, retirar-se da comunidade humana.

No caso, a instituição de consumo oferece um meio parcial de fuga, através da qual se formam comunidades virtuais paralelas às demais instituições que governam a sociedade. Pela disponibilidade, deparam-se com postagens em redes sociais que oferecem exatamente o necessário para sustentar os elementos ideais da fantasia: paz,



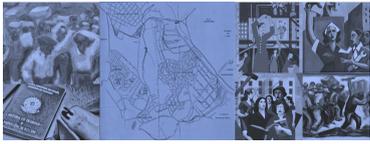
tranquilidade e nostalgia de um período quando a realidade era melhor. A fuga também se manifesta pela contradição de idealizar uma vida ociosa no campo ao passo que a realidade de pequenas propriedades é de trabalho árduo.

Os indivíduos, que previamente possuíam como ideal de Eu certa expectativa de estabilidade e completude sobre si mesmos, inconscientemente identificam no Eu uma quebra de coerência. O Super-eu, detentor do Eu idealizado, é o que acusa a incoerência, que por sua vez move o Eu para suprir o desprazer sentido pelo momento adverso. Sendo o consumo o hábito institucionalizado para trazer felicidade, os indivíduos passam a buscar produtos que correspondam às exigências do ideal para recuperar a coerência do Eu. Pela disponibilidade das redes sociais, encontram-se outros indivíduos que aparentam possuir um estilo de vida que corresponde ao estilo idealizado no Super-eu. Assim, forma-se uma espécie de identificação libidinal com essas figuras que assumem o equivalente ao papel de um líder na psicologia das massas. Pela identificação, os indivíduos se tornam mais suscetíveis às influências desse ideal e passam a emular seu comportamento. Porém, para que essa emulação ocorra, é necessário possuir os mesmos objetos, que assumem o grau de necessários para prover um estilo de vida igual. Dessa forma, percebemos que há conexão e congruência entre o nível institucional e psicológico. Os consumidores anseiam por uma vida ideal e os ofertantes a proporcionam, havendo reforço mútuo na interação entre ambos.

Considerações finais

Esse artigo visou reaproximar a economia institucional da psicanálise. Para isso, apresentamos alguns dos conceitos básicos de ambas as disciplinas e comparamos os instintos em Freud e Veblen. Também abordamos as principais críticas à uma teoria de instintos mencionadas por Asso & Fiorito (2004) com base na teoria psicanalítica. Há argumentos explicando que os instintos podem ser decompostos a instintos mais básicos e que os instintos em Freud perpassam a linguagem — uma instituição —, não sendo reduzidos à biologia.

Sobre a repressão, instigamos uma discussão sobre a rigidez institucional do meio econômico e sobre o caminho psicanalítico-institucional para explicar possíveis adaptações que o sujeito nas classes não-ociosas busca fazer frente a ela. Em seguida,



partindo da psicologia das massas de Freud (1921), sugerimos uma possibilidade de formação do instinto de *workmanship* a partir da identificação com a classe ociosa. No que tange à instituição do totem, algumas contribuições psicanalíticas foram utilizadas para compreender sua importância — e das instituições em geral — para a estabilidade da civilização. Além disso, pelos mecanismos do tabu foi visto que há na psicanálise uma justificativa para sua existência ontologicamente subjetiva inconsciente. A noção de tabu também contempla um efeito de emulação, que pode implicar em punições para desestimular a escolha de objetos que quebrem com a proibição do tabu. Também vimos a relação da ambivalência do tabu para com as classes sociais identificadas por Veblen, sugerindo a complexidade da formação de hábitos referentes às mesmas, perpassando o inconsciente.

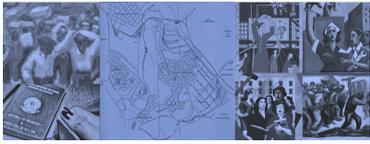
Com o resgate do trabalho de Schneider (1948) foi ainda possível sugerir haver entre o nível psicológico individual e o nível institucional conexão, congruência e reforço mútuo. Por fim, foi visto que o caso dos movimentos *aesthetics* pode ser interpretado com elementos desta reaproximação entre psicanálise e institucionalismo, principalmente pelo caminho da neurose obsessiva. Vista não como um ingrediente patológico, mas como ingrediente impulsionador da busca por mudança institucional, foi possível empregá-la para explicar um fenômeno de relevância na sociedade moderna.

Podemos concluir, que há potencial para que a psicanálise amplie o alcance da economia institucional. Um refinamento das conexões sugeridas aqui sem dúvida é um desafio a se buscar, além da aplicação a mais fenômenos de interesse. Pode-se imaginar ainda uma expansão da análise para os neofreudianos e para Lacan — grande referência da psicanálise além de Freud. Parece também interessante aprofundar a importância da linguagem para a economia institucional e suas implicações psicanalíticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Felipe. The psychology in the beginning of the Original Institutional Economics: how Freud's insights can complement Veblen's theory. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, IX, 2011, Curitiba.

ASSO, Francesco; FIORITO, Luca. Human Nature and Economic Institutions: instinct psychology, behaviorism and the development of American institutionalism. *Journal of the History of Economic Thought*, 26(4), p. 445-477, 2004.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BROMLEY, D. W.. *Sufficient Reason: Volitional Pragmatism and the Meaning of Economic Institutions*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.

COMMONS, J. R.. “Economia institucional” [1931]. SALLES, A., PESSALI, H. & FERNANDEZ, R. (Org.) *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp, 2017.

COUTINHO, Mariana. *Conheça a Dark Academia, nova estética que é moda entre os jovens do TikTok*. O Globo, 2020. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/ela/gente/conheca-dark-academia-nova-estetica-que-moda-entre-os-jovens-do-tiktok-24687842>. Acesso em 12 agosto 2022.

CRUZ-E-SILVA, Victor; CAVALIERI, M. A. R.. A coherentist defense of economics as an interdisciplinary social science. *Journal of Economic Issues*, v. 55, p. 820-836, 2021.

DECANIO, S.. *Limits of Economic and Social Knowledge*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

EDIE, L. D.. *Principles of the new economics*. Nova Iorque: Thomas Y. Crowell Company, 1922.

FONSECA E. R.. *Psiquismo e vida: sobre a noção de Trieb nas obras de Freud, Schopenhauer e Nietzsche*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

FOURCADE, Marion; OLLION, Etienne; ALGAN, Yann. The Superiority of Economists. *Journal of Economic Perspectives*, 29(1), 89–114, 2015.

FREUD, S.. “Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”, 1909)” [1909]. FREUD, S.. *Obras completas volume 9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
FREUD, S.. “A predisposição à neurose obsessiva” [1913]. FREUD, S.. *Obras completas volume 10*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “Totem e tabu” [1912-1913]. FREUD, S.. *Obras completas volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “Contribuições à história do movimento psicanalítico” [1914]. FREUD, S.. *Obras completas volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “O inconsciente” [1915a]. FREUD, S.. *Obras completas volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “Os instintos e seus destinos” [1915b]. FREUD, S.. *Obras completas volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

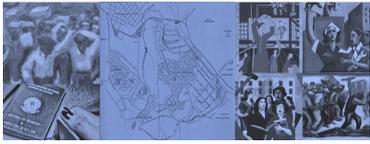
FREUD, S.. “A repressão” [1915c]. FREUD, S.. *Obras completas volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “Conferências introdutórias à psicanálise” [1916]. FREUD, S.. *Obras completas volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “História de uma neurose infantil” [1918]. FREUD, S.. *Obras completas volume 14*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “Além do princípio do prazer” [1920]. FREUD, S.. *Obras completas volume 14*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “Psicologia das massas e análise do Eu” [1921]. FREUD, S.. *Obras completas volume 15*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



FREUD, S.. “O Eu e o Id” [1923]. FREUD, S.. *Obras completas volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S.. “O mal-estar na civilização” [1930]. FREUD, S.. *Obras completas volume 18*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HERMANN, A.. Institutionalism and psychoanalysis: a basis for interdisciplinary cooperation. *International Journal of Pluralism and Economics Education*, 372-387, 2010.

HERMANN, A.. The Interpretation of Ownership: Insights from Original Institutional Economics, Pragmatist Social Psychology and Psychoanalysis. *Economic Thought*, 11.1, 15-36, 2023.

HODGSON, G. M.. The ubiquity of habits and rules. *Cambridge Journal of Economics*, 21(6), p. 663–684, 1997.

HODGSON, G. M.. *The evolution of institutional economics: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism*. Londres: Routledge, 2004a.

HODGSON, G. M.. Reclaiming habits for institutional economics. *Journal of Economic Psychology*, 25(5), p. 651–660, 2004.

HODGSON, G. M.. “O que são instituições?” [2006]. SALLES, A., PESSALI, H. & FERNANDEZ, R. (Org.) *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp, 2017..

MIROWSKI, P.. *More heat than light: Economics as Social Physics, Physics as Nature’s Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

REGGEV, Kate. *What Exactly Is Cottagecore and How Did It Get So Popular?* Clever, 2020. Disponível em: <https://www.architecturaldigest.com/story/what-exactly-is-cottagecore>. Acesso em 12 agosto 2022.

SALANTI, A; SCREPANTI, E. (eds). *Pluralism in Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997.

SCHNEIDER, L.. *The Freudian Psychology and Veblen's Social Theory* [1948]. New York: Kessinger Legacy Reprints, 2010.

SEARLE, J. R.. What is an institution? *Journal of Institutional Economics*, 1(1), p. 1-22, 2005.

MEZAN, Renato . *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VEBLEN, T.. *The Theory of the Leisure Class* [1899]. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

VEBLEN T.. *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts* [1914]. Nova Iorque: B. W. Huebsch, 1918.

WITTE, Edwin E.. Institutional Economics as Seen by an Institutional Economist. *Southern Economic Journal*, p. 131-140, 1954.